

Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

DOCTRINA

Artigos

Corrupción administrativa, democracia y derechos humanos

José Luis Said	15
1 Introducción – <i>Excursus</i> sobre la interpretación económica del Derecho.....	16
2 Aproximación conceptual a la corrupción.....	19
3 Corrupción y democracia.....	20
4 Corrupción y derechos humanos.....	22
5 Insuficiencia de la IED para considerar la corrupción.....	25

Los derechos humanos y el derecho a la vivienda – Los criterios judiciales

Leonardo F. Massimino	29
I Planteo.....	30
II El marco legal del acceso a la vivienda.....	31
III El derecho a la vivienda como un derecho fundamental. Implicancias.....	32
III.1 El derecho humano a la vivienda.....	32
III.2 Las “funciones” del derecho humano a la vivienda.....	33
IV Los derechos económicos y sociales en la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos.....	35
IV.1 Los derechos económicos y políticos reenvían al derecho a la vivienda digna.....	35
IV.2 El reconocimiento de los derechos en los casos jurisprudenciales.....	36
V El derecho a la vivienda en la jurisprudencia nacional y provincial.....	38
V.1 Las políticas públicas en materia de vivienda en la mirada jurisprudencial.....	39
V.2 La operatividad del derecho a la vivienda.....	40
V.3 El acceso a la vivienda como un derecho fundamental. Contenido.....	43
V.4 Los límites al derecho de acceso a la vivienda. La cuestión de los costos.....	44
VI Reflexiones finales.....	46

Transformações do “regime de Direito Administrativo” – A propósito do regime exorbitante e das prerrogativas da Administração Pública

Juan Gustavo Corvalán	49
1 Preliminarmente.....	50
2 O “novo paradigma” do Direito Administrativo?.....	52
3 A concepção das prerrogativas da Administração Pública no paradigma anterior.....	54
4 A enunciação clássica do regime exorbitante e o equilíbrio entre prerrogativas e garantias como critério clássico diferencial do Direito Administrativo.....	58
5 A reconstrução do regime de Direito Administrativo.....	63
6 O atual paradigma do regime de Direito Administrativo – Um novo ponto de partida para justificar e validar a existência de prerrogativas da Administração Pública.....	67
7 Sinopse do atual paradigma sobre o qual se deve edificar o “regime de Direito Administrativo”.....	71

Economia e saúde no atual constitucionalismo brasileiro

Alexandre Coutinho Pagliarini, Juliana Cardoso Ribeiro Bastos		75
1	Aspectos econômicos do Estado.....	77
2	Estado do bem-estar social e a presença econômica.....	79
3	Desenvolvimento econômico.....	81
3.1	Significado de desenvolvimento econômico.....	81
3.2	Sistemas econômicos.....	83
3.3	Planejamento econômico.....	84
4	Direito à saúde na Constituição de 1988.....	85
4.1	O que vem a ser "saúde"?.....	85
4.2	Direito positivo à saúde na Constituição de 1988.....	86
4.3	Direito subjetivo à saúde.....	87
5	Prestação do direito à saúde pelo Estado.....	89
5.1	Limitações ao direito à saúde.....	89
5.2	Políticas públicas.....	92
6	Desenvolvimento econômico e o direito à saúde na Constituição de 1988.....	94
	Referências.....	99

Direito e historicidade – A evolução do pensamento jurídico através das escolas hermenêuticas

Luiz Osório Moraes Panza	101
---------------------------------------	-----

Licitações sustentáveis como instrumento de política pública na concretização do direito fundamental ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado

Ana Cláudia Finger		121
1	Considerações introdutórias.....	122
2	Do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável – Desenvolvimento e meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	124
3	Licitações sustentáveis como instrumento de política pública.....	134
4	Conclusões.....	148
	Referências.....	150

Mandado de injunção, um enredo em andamento – Seis personagens à procura de um autor

Vanice Lírio do Valle		155
1	O Diretor – O Supremo Tribunal Federal e seu esforço de criação do mandado de injunção.....	156
2	Primeira personagem – Possibilidade de fixação de prazo para a deliberação legislativa.....	158
3	Segunda personagem – Necessária cumulação de pedidos em mandado de injunção.....	162
4	Terceira personagem – Efeitos da decisão proferida em sede de mandado de injunção.....	165
5	Quarta personagem – Viabilidade de enunciação de um critério de solução que inove no mundo normativo.....	170
6	Quinta personagem – Parametrização da indispensável atuação legislativa.....	173
7	Sexta personagem – Reconhecimento legislativo de uma realidade que a Constituição reserva ao domínio da deliberação democrática.....	177
8	O desafio do Diretor – <i>The show must go on</i>	180
	Referências.....	182

Breve ensaio sobre o consensualismo na Administração Pública e o contraponto entre o modelo burocrático e responsável ("gerencial")

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, Rodrigo Ochoa Figueroa..... 187

Desvendando alguns sentidos sobre o veto presidencial

Mariana Barbosa Cirne, Victor Hugo Passos Ferreira..... 205

1	Introdução.....	205
2	O processo legislativo – A relação entre poderes e a sua distância do Direito.....	207
3	A sanção e o veto presidenciais.....	213
4	O veto presidencial.....	214
4.1	A decisão sobre o veto na Presidência da República.....	218
4.2	A apreciação do veto no Poder Legislativo.....	224
5	Conclusão.....	228
	Referências.....	230

A reserva do possível como limite à efetividade do direito fundamental à saúde

Joseane Ledebum Gloeckner..... 233

1	A saúde como direito fundamental social.....	234
2	Da reserva do possível.....	237
2.1	Da competência do Judiciário para decidir sobre a prestação de direitos sociais.....	238
3	A reserva do possível como limite à realização do direito à saúde.....	241
	Referências.....	249

Agências reguladoras e evolução estatal – Uma análise temporal do papel do Estado no setor econômico

Cristina Alves da Silva, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson..... 251

1	Introdução.....	252
2	Uma evolução estatal.....	253
2.1	Estado Liberal.....	254
2.2	Estado Social.....	256
2.3	Estado Regulador.....	257
3	Agências reguladoras.....	259
3.1	Breve histórico.....	260
3.2	Natureza jurídica e características.....	263
3.3	Agências reguladoras no Brasil.....	267
4	Considerações finais.....	269
	Referências.....	271

Licitações ecoeficientes e as políticas públicas ambientais

Caroline da Rocha Franco..... 275

1	Introdução.....	276
2	Novas perspectivas de modelo de consumo – A questão ambiental e social.....	276
3	A Administração Pública e seu papel para a construção de um novo modelo de consumo.....	277
4	Princípio constitucional da eficiência.....	279
5	Ecoeficiência e seus efeitos práticos.....	280
6	Possível colisão de princípios – Economicidade <i>versus</i> ecoeficiência.....	281

7	Mecanismos de implementação do princípio da ecoeficiência.....	283
8	Considerações finais.....	284
	Referências.....	285

Parecer

Caso Cesare Battisti – Natureza discricionária do ato de concessão de refúgio político – Impossibilidade de substituição da decisão por juízo do Poder Judiciário – Caráter vinculado do arquivamento do pedido de extradição – Incidência do princípio “favor libertatis” em caso de empate na votação da extradição no STF

Celso Antônio Bandeira de Mello..... 289

ÍNDICE..... 297

ABSTRACTS..... 303

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES..... 309